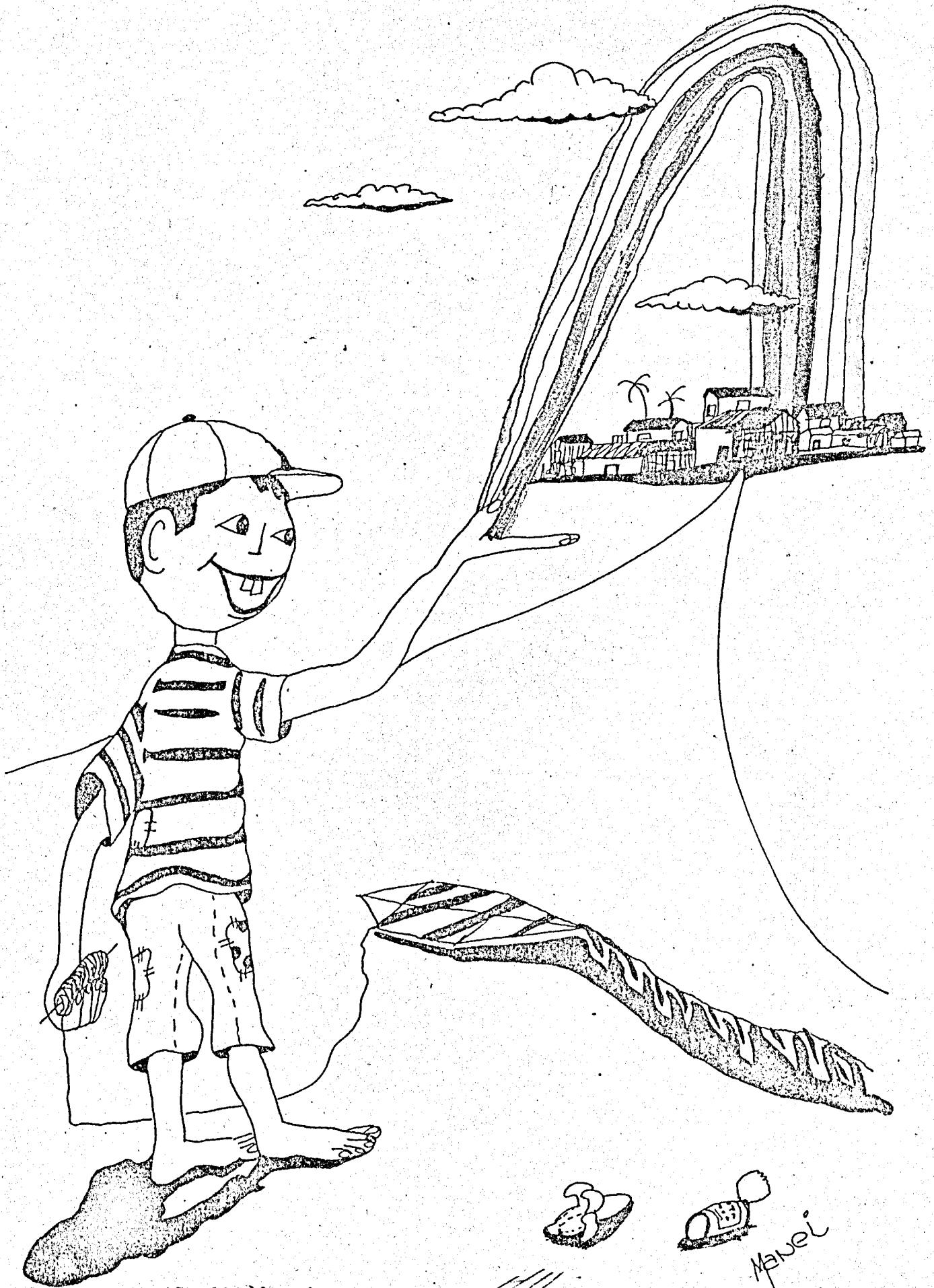


Comissão Nacional



Mavei

I. APRESENTAÇÃO:

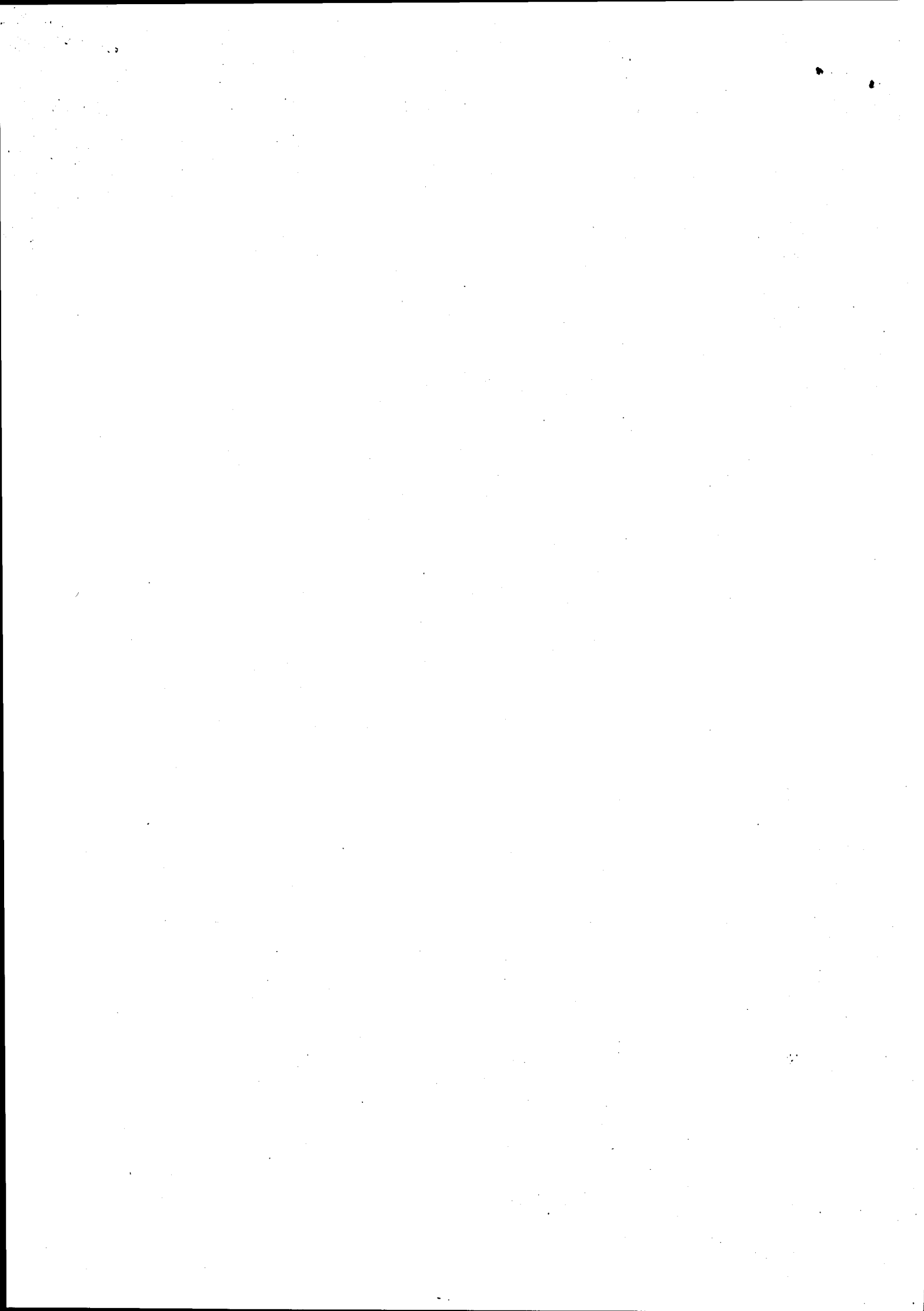
Este Documento representa uma síntese das discussões da Comissão Arco Iris com a Criança no Segundo Semestre de 1984.

II. INTRODUÇÃO:

A Comissão Arco Iris foi formada por alguns participantes da Iª Semana de Estudos Maria Amélia Leite, realizada em junho /84, promovida pelo CBCISS com apoio do SESC e patrocínio do Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua - UNICEF/SAS/FUNABEM. Integraram-se nessa comissão representantes de Obras e Movimentos Sociais, Entidades e Instituições; serviços envolvidos em trabalhos com crianças e jovens. Este fato motivou o Projeto Alternativas de Atendimento ao Menino de Rua a apoiar a comissão, já que a mesma passou a representar no Rio de Janeiro, um grupo espontâneo que questiona e busca alternativas concretas para a questão social da criança e do jovem que está na rua.

Questão que precisa ser resolvida logo, pois eles estão todos aí, simples "guerreiros sem fardas" que andam pelas ruas à procura de ajuda. Não a encontrando vivem solitários nos locais escuros, com fome, frio, sem afeto. "O que lhes resta para sobreviver por mais alguns dias as vezes é matar e roubar".

Partindo desse entendimento, o objetivo dessa comissão era planejar, organizar e realizar um Seminário que reunisse grupos que trabalham com "o menor" no Rio de Janeiro, promovendo ainda intercâmbio de experiências.



O 1º Seminário da Comissão Arco Iris sobre trabalhos educativos com crianças e jovens realizou-se em setem
bro/84, no convento do Cenáculo (conforme programa anexo). Con-
tou com apoio do CBCISS e auxílio financeiro do Projeto Alterna
tivas a Meninos de Rua - UNICEF/SAS/FUNABEM.

O Seminário visou não somente reunir pessoas atuantes nas atividades específicas com crianças, como também aquelas Entidades, Instituições e Grupos integrantes de trabalhos comunitários ou interessados na discussão da questão da criança e jovem em geral.

A partir das conclusões do Seminário, a Comis
são foi reestruturada, sendo um grupo aberto à participação de "menores" e representantes de trabalhos comunitários. Não estando dessa forma vinculada a qualquer Órgão ou Instituição. Sua coordenação está a cargo da voluntária Maria Luiza Ribeiro Gama.

Os membros da Comissão reúnem-se semanalmente numa sala cedida pelo CBCISS, visando uma ação organizada com os trabalhos voltados para os "menores" do Rio de Janeiro. Participando ainda, de Encontros e Seminários sobre a questão do menor e comunidade.

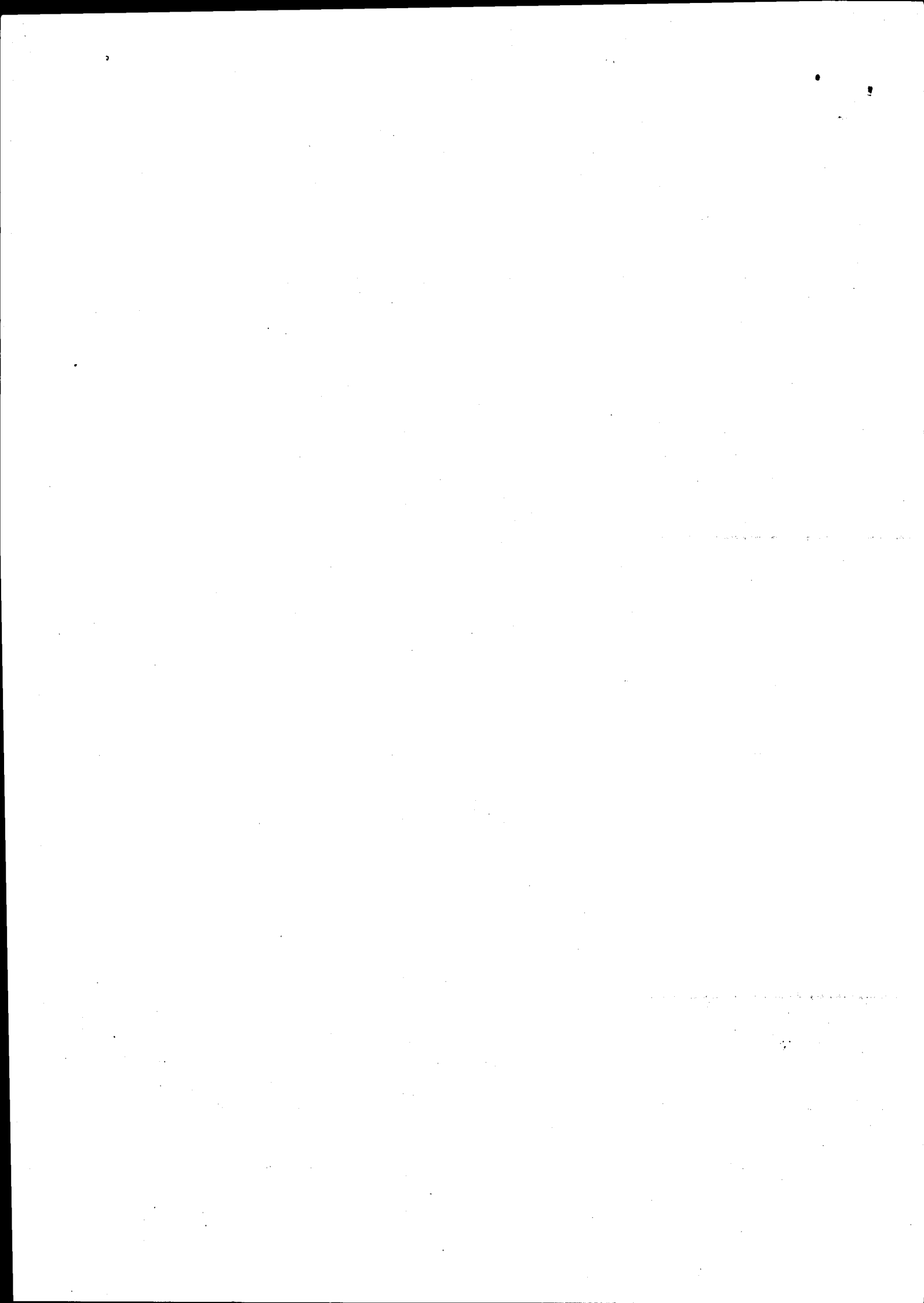
Em novembro/84 alguns membros da comissão estiveram no 1º Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para meninos de rua, realizado em Brasília, representando o Rio de Janeiro a convite do Projeto Alternativas de Atendimento a Menino de Rua. Ainda nesse mesmo mês, outros membros, a convite do CBCISS, participaram do Ciclo de Estudos sobre Política Social - Origem das Agências de Prestação de serviços Sociais.

Para a Comissão Arco Iris a questão do "menor" exige uma solução, mas é preciso que as pessoas entendam-na e a partir daí transformem-na.

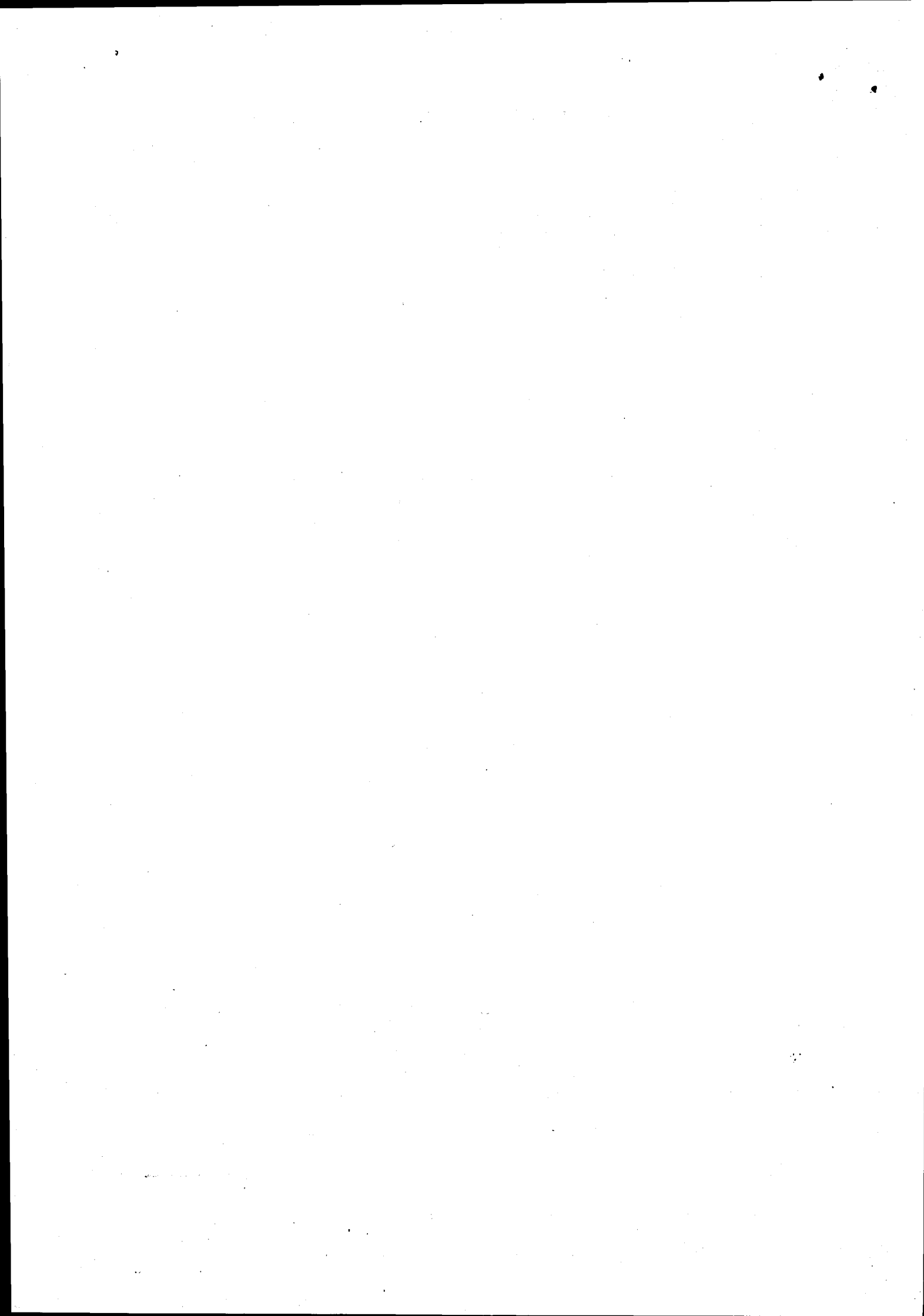
III. DESENVOLVIMENTO:

Os tópicos mais significativos levantados no Seminário e discussões no período/84 foram:

- . a organização das comunidades e sua participação é fator essencial para o êxito de qualquer programa.
- . a partir do resgate da história, da solidariedade e das experiências de cada comunidade ou grupo social é possível dispensar e ou analisar modelos, evitando-se a transposição pura e simples de modelos prontos que não são do interesse da comunidade.
- . o estímulo e favorecimento à reflexão sobre o sentido político/social de programas, evitam que eles constituam bloqueios à solução de problemas sociais e à participação do povo e que ao invés de amortecedores sejam transformadores.
- . os grupos de ação comunitária deverão em qualquer tipo de programa estar voltados para interferir nas causas e removê-las, sendo flexíveis e criativos frente a situações emergentes.
- . os grupos de trabalhos comunitários devem se constituir como pessoa jurídica, a fim de garantirem a sua autonomia técnica, captação e gerência de recursos.
- . deve haver participação da comunidade junto ao poder público, através de seus grupos organizados para o estudo e definição dos critérios norteadores da aprovação de projetos prioritários para a comunidade.
- . a democratização de informações sobre recursos, técnicas, programas e avaliações, contribuem para a formação de uma consciência crítica da comunidade; é um direito da comunidade levando a uma participação efetiva.
- . cabe aos Órgãos Oficiais e outros o repasse de verbas para os programas comunitários.



- . os programas comunitários devem ter continuidade, pois a descontinuidade gera desconfiança.
- . a questão da marginalidade, conflitos de valores que a escola repassa sem reconhecer e entender as vivências da criança, requer uma discussão aprofundada da sociedade como um todo.
- . para uma criança pobre, desnutrida, com problemas de saúde e higiene, a escola representa apenas um local "onde tem comida". Faltam estímulos: psicológicos, ambientais, além da inadequação dos programas que agravam os bloqueios dessa criança.
- . a inadequação dos programas oficiais de ensino, o reduzido horário não atendem às necessidades das crianças que ficam a maior parte do tempo em situação de abandono.
- . a transformação do sistema pedagógico com base na situação, realidade e interesses das crianças e comunidades, de forma a capacitá-la para compreender e transformar sua realidade é imprescindível.
- . a transformação da estrutura da escola (autoritária, incompetente, elitista e segregadora já que não respeita a cultura e a realidade da criança, além de rotulá-la como: difícil; sem condições para o aprendizado), se realizará mediante a participação e interação entre comunidade/família/educando/educador, ou seja escola/comunidade.
- . é necessário que haja reflexão dos educadores a partir do confronto da sua formação acadêmica com a prática e realidade social.
- . a finalidade educativa dos programas de geração de renda que envolvem crianças e jovens deve estar inserida numa concepção mais global de transformação da educação.



IV. CONCLUSÃO:

A Comissão Arco Iris com a Criança se propõe a uma ação junto aos programas voltados para as crianças e jovens através de:

- . engajamento ativo na luta pelos direitos da criança e do jovem, isto é, educação, alimentação, saúde, recreação, vida familiar, etc...
- . mobilização permanente da sociedade quanto ao valor humano da criança, sua situação atual, sem perder de vista o contexto social.
- . promoção de amplo debate na busca de soluções, envolvendo todos os grupos da sociedade civil e do poder público.
- . reflexão quanto à natureza, objetivos e resultados das experiências com crianças e jovens.
- . identificação e integração com outros movimentos voltados para a criança e o jovem, procurando assimilar suas experiências como também transmitir-lhes, quando necessário, novas percepções e processos de atuação.
- . participação junto aos Órgãos Públicos, oferecendo-lhes informações objetivas acerca de projetos/programas e exigindo transformações necessárias nas Instituições.
- . promoção de Encontros Regionais (bairros), de forma a dar continuidade a discussão da questão da criança e do jovem.
- . divulgação das informações de trabalhos e atividades com crianças e jovens.
- . mobilização e preparo do pessoal que trabalha no atendimento a criança e ao jovem.
- . de um processo contínuo de avaliação - a comissão deve ser composta pelos integrantes das experiências com crianças e jovens de rua, representantes de obras comunitárias, técnicos, voluntários, integrando princípios e experiências diversificadas.



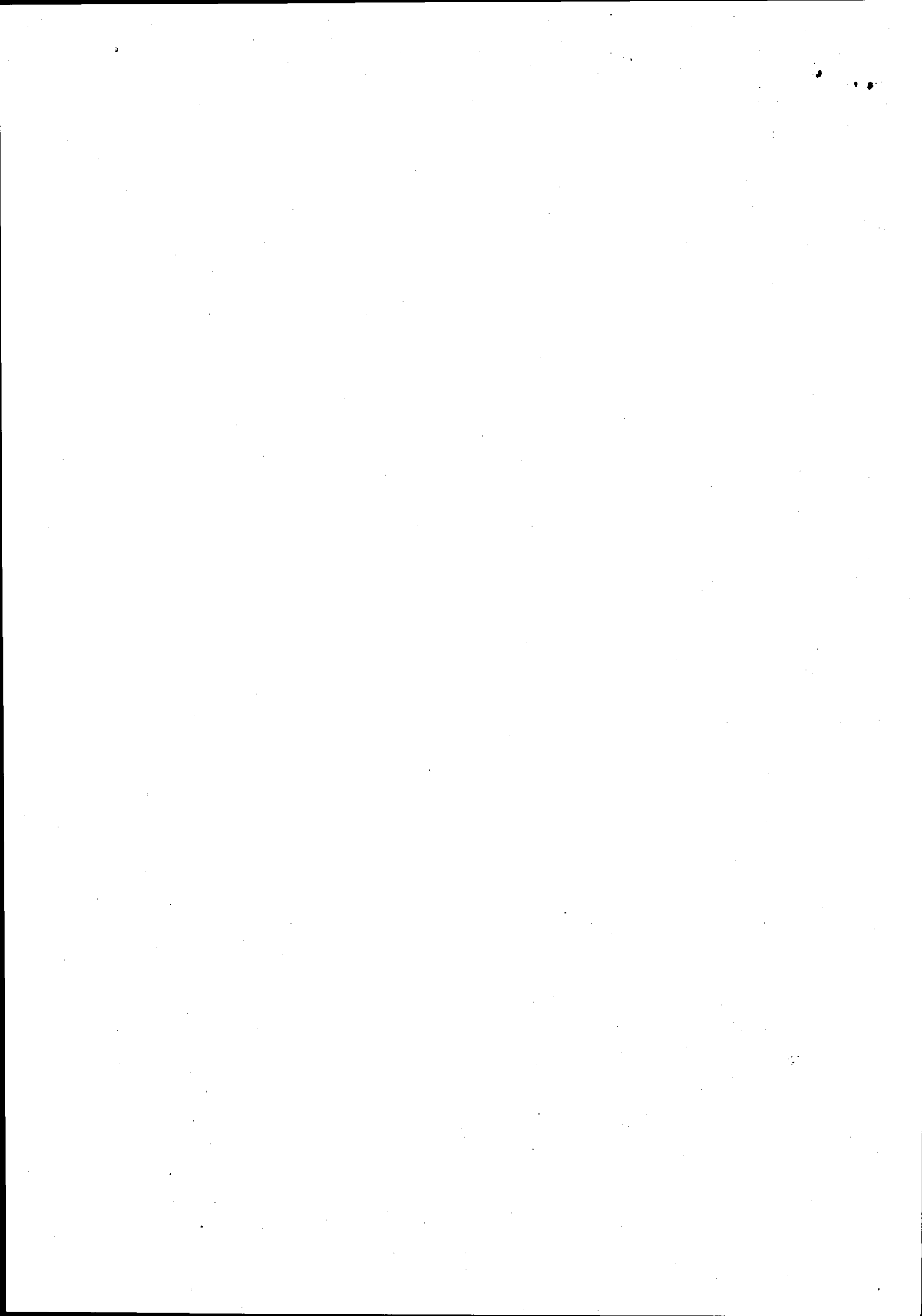
A partir da vivência e discussões em seminário e grupos de estudo a Comissão Arco Iris com a criança considera que a existência de "meninos na rua" é resultante da desigualdade social imposta pelo sistema econômico financeiro instalado no país. As crianças e jovens pobres são as principais vítimas dessa situação, ficando privadas dos direitos mais elementares, o que impede o desenvolvimento de suas potencialidades. Impõem-se assim, a adaptação de programas de ensino à realidade e interesses desses grupos de pessoas, isto é, interação entre a escola e a realidade social.

Não se objetiva uma limitação do seu universo nem de sua promoção social, mas sim, favorecer esses objetivos através da adoção de um sistema educacional adequado e transformador.

Não se objetiva tampouco a criação de um sistema paralelo de educação. Considera-se que a educação deve ser um processo global que atende às necessidades dos diferentes grupos. Ressalta-se ainda, que as dificuldades educacionais presentes no país representam uma situação de crise conseqüente da questão econômico financeira e do prolongado abandono da escola e dos grupos sociais pobres.

Considera-se responsabilidade das Secretarias de Educação o atendimento educacional da criança e do jovem pobre e sua inserção no sistema escolar em igualdade de condições com outras crianças. (Tem-se verificado que as chamadas escolas comunitárias estão sendo mais apoiadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social do que pela de Educação. Este procedimento é mais um indicador de discriminação das crianças e jovens pobres).

Não "conseguindo enquadrar-se" no sistema formal de ensino e despreparados para exercer atividades que requerem um mínimo de habilitação profissional, essas crianças buscam nas ruas diferentes formas de sustento para elas e suas famílias. Evidenciando-se como áreas de maior concentração as regiões do Centro e Zona Sul.

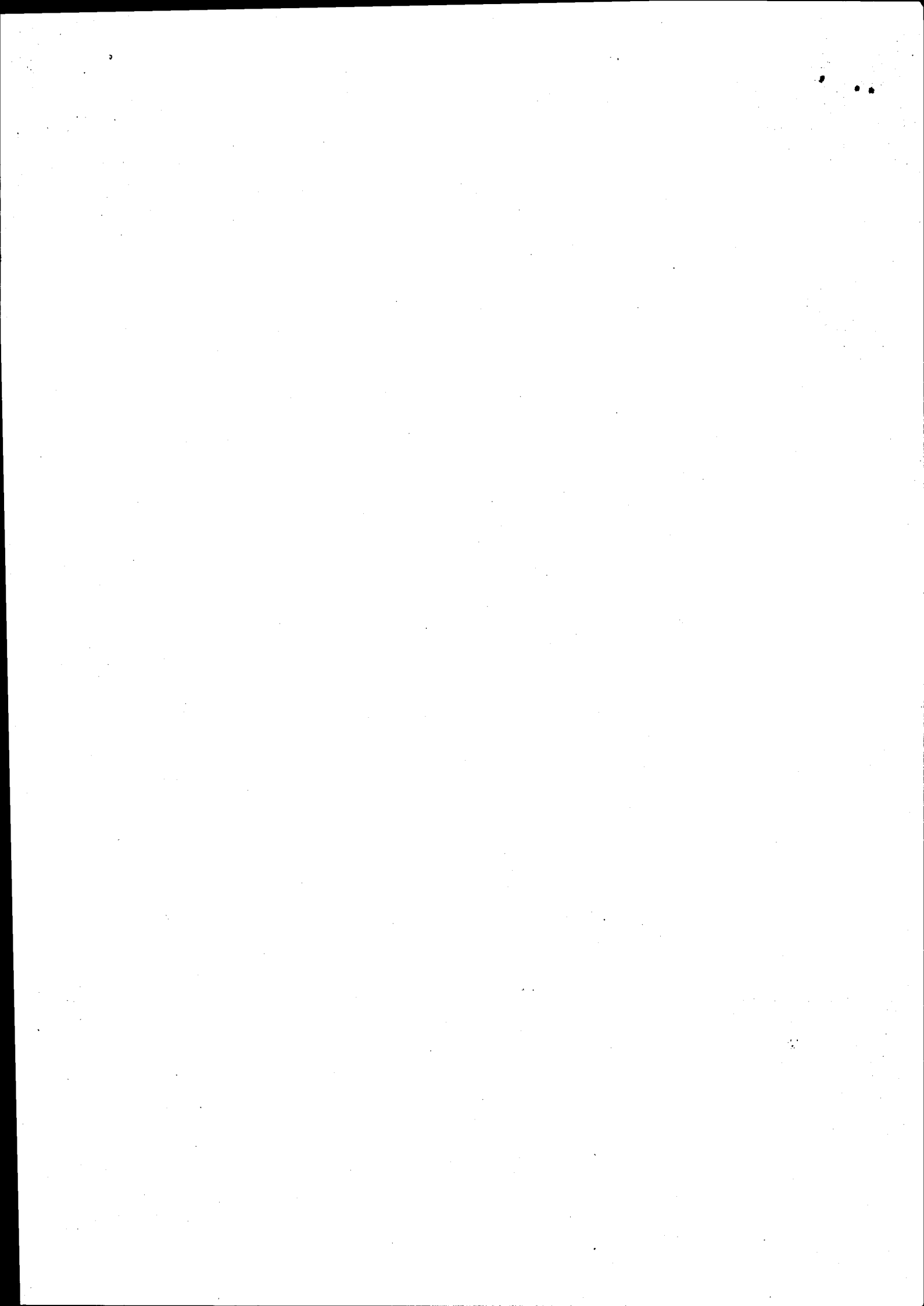


É da maior importância para a mudança dessa situação a mobilização da opinião pública. Trabalhar com Empresas, sobretudo as localizadas nas áreas de maior concentração de crianças e jovens nas ruas, no sentido de levá-las a entender que com a sua "ajuda" estarão prestando um serviço a sociedade, além de se beneficiarem com o atendimento a esses menores. "Eles não estarão tirando a tranquilidade dos compradores. Não estarão mendigando ou roubando nas portas ou dentro dessas empresas".

Muitos espaços ociosos como os do Metrô, Igrejas, terrenos, galpões, prédios do Estado e outros poderiam ser aproveitados para o desenvolvimento de atividades educativas e ou de geração de renda e fornecimento de alimentação "às crianças de rua". Cabendo ao Estado o apoio financeiro, alimentar o técnico para o desenvolvimento desses projetos.

COMISSÃO ARCO IRIS COM A CRIANÇA

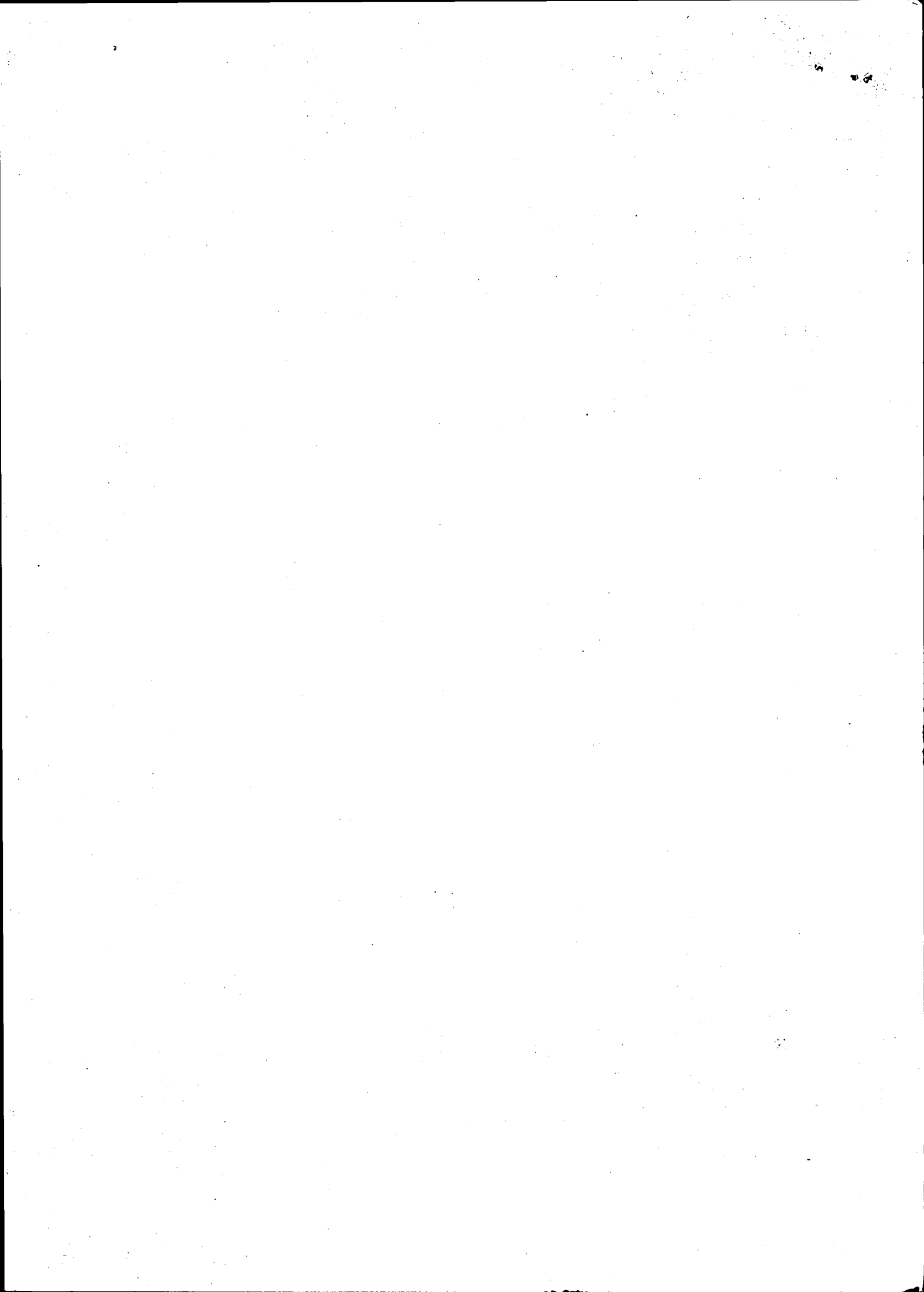
- MARIA LUIZA RIBEIRO GAMA (Voluntária)
- PAULO ROBERTO DA CRUZ (FUNABEM/CEINT)
- MARIA EUNICE DIAS (Centro Comunitário/Esc. H. Barros)
- LUIZ CESAR DOS SANTOS BAIÁ (Projeto Criança (Jardim América)
- CLAUDE RENÉ ARMANDO PHILLIPPE (Fé e Alegria)
- MARTA LÚCIA MAGALHÃES LOYOLA (ASPA e Fé e Alegria)
- LIA LOURVAIN (Participação e Integração da Mulher - São João de Meriti)
- CARLOS ALBERTO BAIÁ (Circo Voador)
- EDVALDO ROBERTO DE OLIVEIRA (ALERJ)
- YOLANDA HELOÍSA DE SOUZA (CBCISS)
- MANOEL NUNES DA SILVA (Centro Comunitário/Esc. H. Barros).
- MARYSE ARTUR (PONSA) - Antiga Comissão Arco Iris
- LAURA REGINA S. C. MAURÍCIO DA FONSECA (HUPE) Antiga Comissão Arco Iris
- VERÔNICA W.A. SILVA (MEF) Antiga Comissão Arco Iris
- ODUALDO FERREIRA (ASSEAF) - Antiga Comissão Arco Iris
- SARAH ZAGURY (FUNABEM/CEINT) Antiga Comissão Arco Iris



ANEXC :Programa -

Durante, os dois primeiros dias foram apresentadas vinte e uma experiências que estão sendo levadas à efeito no Rio de Janeiro, como segue:

- . Meninos Entregadores de Feira (MEF) - Ilha do Governador
- . Programa de Ação Sócio-Educativa e Cultural para a Periferia Urbana (PRODASEC) - Secretaria de Educação do Est. RJ.
- . Morro dos Cabritos - Copacabana - Trabalho realizado por voluntários da comunidade.
- . Morro do Borel - Tijuca - Trabalho realizado por grupo de voluntário da comunidade.
- . Instituto Metodista de ação social (IMAS) - Rocinha
- . Centro Comunitário da rua Um - Rocinha
- . Grupo de Meninos da Praça Santos Dumont - Grupo de Voluntários da PUC.
- . Grupos Pica Pau e João de Barro - Centro Comunitário/Escola Hermenegildo de Barros - Eng. da Rainha.
- . Grupo de Meninos de Rua da Praça Tiradentes e da Central do Brasil - Pastoral do Menor com a participação de voluntários da ASSEAF.
- . Projeto Criança - Jardim América.
- . Centro Social do Banco da Providência - Rio Comprido.
- . Centro Educacional Comunitário Coroado - Acari.
- . Participação e integração da mulher - São João de Meriti.
- . Associação de Moradores de Venda Velha - São João de Meriti.
- . Grupo Voluntário do Parque Alian - São João de Meriti.
- . Ação Social Padre Anchieta - Rocinha (ASPA).
- . Fundação "Fé e Alegria" - Movimento de Educação Popular - Rocinha -
- . Circo Voador - Centro
- . Projeto SETH/PAMERJ - Secretaria de Trabalho e Habitação e Polícia Militar.



- . Grupo do Morro dos Guararapes - Cosme Velho
- . Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua - UNICEF/SAS/FUNABEM.

Estas experiências foram apresentadas através de:

- . exposição de relatos para os participantes
- . plenário para análise e esclarecimento das exposições
- . formação de grupos para análise, reflexão e observações de grupo sobre os relatos.
- . plenária para apresentação das contribuições dos diversos grupos.
- . apresentação dos filmes: Los Gamines - uma experiência com meninos de rua em Bogotá; Quem vai ajudar Paulinho - Experiências com meninos de rua na América Latina.
- . debates acerca do conteúdo dos filmes projetados.

No terceiro dia foi adotado o seguinte procedimento:

- . divisão dos grupos para discussão de uma proposta educativa com base na síntese das experiências e das contribuições dos grupos apresentados no período da manhã.
- . plenária para apresentação e análise das propostas elaboradas pelos diferentes grupos para formulação das sugestões iniciais.
- . avaliação final do seminário pelos participantes.

/cbb.

